

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta e  
2 cinco minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de  
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e  
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima nona plenária do décimo sétimo  
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra  
6 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andrea Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa  
7 Paranhos Guedes, Daniela Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabián Javier Marin Rueda,  
8 Junia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa  
9 Helena Alves, Norma Celiane Cosmo, Paulo Roberto Martins Maldos, Paulo José Barroso de  
10 Aguiar Pessoa, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Sandra  
11 Elena Spósito, Rogério Giannini. **1. ATAS 28ª PLENÁRIA:** Andréa Esmeraldo Câmara fez  
12 uma sugestão de mudança na linha 38, pois houve uma fala da Conselheira Maria Márcia  
13 Badaró Bandeira, para a inclusão do Deputado Marcelo Ribeiro Freixo nas ações relativas às  
14 Comunidades Terapêuticas, mas não houve o registro da justificativa dessa inclusão. Ficou  
15 combinado que Maria Márcia Badaró Bandeira redigiria um texto sobre o assunto para ser  
16 incluído na ata. A ata foi aprovada, com essa modificação, por unanimidade. **2. INFORME**  
17 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
18 **DO CNAS:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que foram realizadas articulações para que o  
19 CFP compusesse um GT que trata das demandas da justiça que são encaminhadas para o SUAS  
20 – Sistema Único de Assistência Social. Ela explicou que foram reunidas as categorias elencadas  
21 na Resolução 17 do CNAS, que define as profissões de nível superior que compõem o SUAS,  
22 mas poucas estiveram presentes: psicologia, contabilidade, serviço social. Destacou que a  
23 participação do CFP foi a mais significativa, pois levou dados sobre as demandas que chegam  
24 no Conselho sobre esse contexto, haja vista que já havia esse material reunido pelo GT – Grupo  
25 de Trabalho da Apaf – Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema  
26 Conselhos de Psicologia de demandas do SUAS. Andréa Esmeraldo Câmara informou que  
27 houve reunião no dia nove de abril e a próxima será em maio. O representante do CFP é o  
28 Joari Soares de Carvalho. **3. INFORME FNTSUAS:** Andréa Esmeraldo Câmara e Célia  
29 Zenaide da Silva informaram que houve reunião nacional do FNTSUAS – Fórum Nacional de  
30 Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, em que se discutiu o Decreto  
31 9.759/2019 que incide sobre a participação social, com possibilidade de extinção de conselhos  
32 de controle social, os quais precisam fazer uma justificativa de sua existência. O CFP já  
33 publicou posicionamento, mas enquanto FNTSUAS será construída articulação para fazer a  
34 defesa da participação social. Na última reunião do CNAS – Conselho Nacional de Assistência  
35 Social foi convocada a conferência pelo CNAS a despeito da não convocação pelo Ministério  
36 da Cidadania, porém, ontem, a consultoria jurídica do ministério informou que para ser feita a  
37 convocação do CNAS seria necessário o quórum qualificado de dois terços, o que não houve.  
38 Assim, por hora, está anulada a convocação da conferência. Alguns estados vão fazer mesmo  
39 assim, entretanto, é provável que os municípios não tenham condições de realizar suas  
40 conferências sem a convocação do ministério. Foram feitas atuações para Frente Parlamentar  
41 em defesa do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e a Assessoria Parlamentar do CFP  
42 já está acompanhando algumas atividades na Câmara com o Deputado Danilo Cabral,  
43 responsável pela frente. Andréa Esmeraldo Câmara informou também que estava prevista para  
44 maio a reunião descentralizada no FNTSUAS no Mato Grosso do Sul, mas houve uma  
45 mudança de gestão do Fórum dos Trabalhadores do SUAS e eles se recusaram a receber a  
46 reunião descentralizada. Nessa reunião haveria, entre as atividades, a plenária anual, na qual  
47 seria feita a substituição da Secretaria Executiva do FNTSUAS, que atualmente é ocupada pelo

48 CFP. Ademais, a conselheira informou que o CFP já cumpriu um papel importante enquanto  
49 Secretaria Executiva, mas agora o CFP sugeriu mudar, pois demanda muita dedicação das  
50 conselheiras e dos funcionários. **4. SUBSTITUIÇÃO DO CONSELHEIRO SECRETÁRIO**  
51 **DO XVII PLENÁRIO DO CFP:** Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que Pedro Paulo  
52 Gastalho de Bicalho solicitou o afastamento da diretoria do CFP em hábil, para poder se  
53 candidatar no Rio de Janeiro, assim, como não havia plenária prevista naquele momento, a  
54 diretoria aprovou o afastamento. A plenária referendou o afastamento e indicou duas  
55 possibilidades para a substituição do Conselheiro Pedro Paulo na diretoria Sandra Elena  
56 Spósito ou Andréa Esmeraldo Câmara. Pedro Paulo de Gastalho Bicalho explicou as  
57 atribuições do conselheiro secretário, que tem especialmente o papel de preparar a pauta da  
58 plenária. Ele destacou também que é importante participar da Apaf, para a revisão e correção da  
59 ata posteriormente. Ficou combinado que Sandra Elena Spósito e Andréa Esmeraldo Câmara  
60 conversariam para apresentar a indicação definitiva no período da tarde. **5. CRITÉRIOS**  
61 **PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS GTS DE APAF:** Clarissa Paranhos Guedes  
62 informou que o objetivo do ponto é verificar quais GTs devem continuar ou serem revistos,  
63 pois há GTs que existem há seis anos, sem ter cumprido a tarefa. A conselheira explicou que os  
64 GTs começaram a produzir mais desde que esta gestão começou, entretanto, ainda há GTs a  
65 serem revistos. Clarissa Paranhos Guedes informou que já foi apresentada à Apaf a primeira  
66 proposta de critérios de funcionamento dos GTs, e houve contribuições dos CRPs. Assim, o  
67 CFP fez uma espécie de regulamento para fechar o documento na Apaf. Ela destacou que há  
68 pedidos para que esse documento se torne uma resolução e consultou a plenária sobre isso.  
69 Clarissa Paranhos Guedes informou que já existe modelo de relatório de GT, e sugeriu que o  
70 CFP adote esse modelo para apresentar seu trabalho na Apaf. Clarissa Paranhos Guedes  
71 destacou que uma das sugestões da Apaf era de que houvesse apenas dez GTs em  
72 funcionamento ao mesmo tempo, mas o CFP entende que não precisa dessa limitação, desde  
73 que todos os GTs ativos estejam funcionando. Clarissa Paranhos Guedes apresentou uma lista  
74 de todos os GTs que estão funcionando e CRPs que fazem parte. Ela explicou que isso auxiliará  
75 na composição de novos GTs, em relação às disputas de CRPs que têm o interesse de participar.  
76 A ideia é que quanto mais GTs um CRP acompanha, menos chances ele terá de entrar em novos  
77 GTs. A cada Apaf isso será discutido, e se houver CRP que esteja com dificuldade de participar,  
78 poderá ser feita a troca de representantes. A minuta do regulamento foi apreciada pela plenária  
79 e foram feitos alguns destaques. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega perguntou se há problemas em  
80 transformar o regulamento em resolução, pois acha que seria benéfico ter o assunto  
81 regulamentado. Sobre a recomendação de ter apenas conselheiros nos GTs, Marisa Helena  
82 Alves lembrou que há proposta apresentada em Corep – Congresso Regional de Psicologia, no  
83 eixo 1, para que funcionários façam parte de GTs. Assim, sugeriu que todos fiquem atentos a  
84 esse debate no CNP – Congresso Nacional de Psicologia. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
85 informou que as reuniões devem ser preferencialmente telefônicas e a cada semestre, e não a  
86 cada ano, deve haver uma reunião presencial. Sandra Elena Spósito sugeriu alteração para  
87 garantir que o fluxo do GT seja coordenado pelo CFP. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega sugeriu  
88 incluir também que o financiamento do GT é de responsabilidade da conta divulgação. Junia  
89 Maria Campos Lara elogiou o trabalho e perguntou se a ideia é que cada GT entregue apenas  
90 um relatório a partir do modelo apresentado. Foi respondido que sim. Maria Márcia Badaró  
91 Bandeira sugeriu que fique explicado no documento que apesar de a representação dos GTs ser  
92 de conselheiro, fica garantida a assessoria técnica do CFP nos trabalhos. Rogério Gianini  
93 informou que parte dessas regras já estão até em funcionamento, mas o mais importante é, em  
94 primeiro lugar, que a Apaf possa fazer uma encomenda explícita e bem fundamentada aos GTs,

95 no momento de criação deles. Em segundo lugar, é preciso ver que o GT é um instrumento de  
96 gestão da APAF e não lugar de disputa pelo centro do poder. Fabián Javier Marin Rueda  
97 sugeriu que seja contemplado que alguns GTs possam, que em caráter excepcional, contar com  
98 a colaboração de convidados de entidades, como aconteceu com a participação do IBAP –  
99 Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e da ASBRO – Associação Brasileira de  
100 Rorschach e Métodos Projetivos no GT de avaliação psicológica. Ele alertou que isso tem sido  
101 reivindicado no FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Foi incluído  
102 trecho para informar que entidades representativas da área podem ser consultadas, por  
103 determinação da Apaf. Ficou combinado que os GTs que apresentarão seus trabalhos nesta Apaf  
104 já usem o modelo de relatório apresentado. **5. GT DE REVISÃO DA POLÍTICA DE**  
105 **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:** Junia Maria Campos Lara informou que o observatório  
106 se relaciona com as Práticas Emergentes na Psicologia e que essas práticas encontram pontos  
107 de interseção com o trabalho das PICs – Práticas Integrativas e Complementares. Ela informou  
108 que o GT fez uma reunião com os técnicos da COF – Comissão de Orientação e Fiscalização,  
109 com a presença dos 23 CRPs. Assim, Junia Maria Campos Lara informou que gostaria de  
110 apresentar a minuta de resolução sobre o observatório, entretanto, foi combinado que isso seria  
111 feito após diálogo com a Gerência Jurídica. **6. GT DA APAF - EVIDENCIAR A**  
112 **RESOLUÇÃO CFP 018/2002:** Célia Zenaidê da Silva informou que no dia anterior houve  
113 reunião telefônica do GT e ficou combinado que será remetido para a Apaf o mesmo material  
114 da Apaf de dezembro, apenas com um acréscimo do selo. **7. GT DA APAF ÁLCOOL E**  
115 **OUTRAS DROGAS:** Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa lembrou que o material deste GT  
116 já foi apresentado na plenária anterior e foi enviado para a Apaf para tirar uma dúvida sobre o  
117 texto alterado e aprovado na Apaf anterior. **8. GT APAF PSICOLOGIA E ESPORTE:**  
118 Elizabeth de Lacerda Barbosa informou que houve reunião telefônica do GT e será feito um  
119 relatório das atividades do grupo, que poderá seguir o modelo apresentado no ponto de  
120 organização dos GTs. Ela explicou que o GT tem muitas atividades e defende a ideia de sua  
121 manutenção, entretanto, Elizabeth de Lacerda Barbosa tem questionamentos sobre isso, de  
122 modo que foi combinado que essa discussão deve ser feita na própria Apaf, para saber se o GT  
123 deve continuar existindo. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega explicou que se o GT quer continuar,  
124 ele precisa informar para que atividades seria. Elizabeth de Lacerda Barbosa explicou que há  
125 dois trabalhos principais, um de fazer a ementa para a resolução de especialistas e outro de  
126 aproximação com instituições que trabalham com a temática, especialmente, a Abrapesp –  
127 Associação Brasileira de Psicologia do Esporte. Esse segundo trabalho foi desenvolvido, mas a  
128 Abrapesp tem problemas de financiamento, assim, tem solicitado auxílio do CFP para  
129 desenvolver ações que o GT tem sugerido. A conselheira informou também que o CRP-04/MG,  
130 que é membro do GT, inscreveu um trabalho em um evento a partir dos diálogos desse GT, e  
131 convidou a Abrapesp para fazer uma fala. Fabián Javier Marin Rueda falou da necessidade de  
132 pontuar para as entidades que o lugar de parceria é no FENPB e não via GT de Apaf. **9.**  
133 **DEMANDAS DO JUDICIÁRIO/MP AOS PSIC. QUE ATUAM NAS POLÍTICAS DE**  
134 **SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Jureuda Duarte Guerra falou que esse GT tem sido  
135 repensado em virtude do seu histórico de não ter caminhado, por falta de quórum nas reuniões.  
136 Ela contou que foi sugerida a inclusão do psicólogo Joari Soares de Carvalho como convidado,  
137 pois ele tem participado do GT do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Jureuda  
138 Duarte Guerra informou que o principal trabalho deste GT é relativo ao transbordo da justiça  
139 nos serviços da assistência e do judiciário, e não há acúmulo de discussões sobre o assunto no  
140 CFP, apesar de haver material de subsídio. Há inclusive uma nota técnica produzida na gestão  
141 anterior, que precisa ser revista porque apresenta problemas. Há também algumas

142 jurisprudências de Tribunais de Justiça determinando que os juízes não podem fazer certas  
143 solicitações, entretanto, isso não vale para todos os estados. Jureuda Duarte Guerra falou que é  
144 necessário dialogar na Apaf sobre a necessidade de esse GT se reorganizar, pois ele existe  
145 desde 2014 e não está conseguindo se reunir. Clarissa Paranhos Guedes sugeriu que o CFP  
146 solicite o encerramento do GT na Apaf, para que as atividades possam ser conduzidas de outra  
147 forma. Ficou combinado que o CFP irá indicar o encerramento do GT ou, caso não seja  
148 decidido o encerramento, que o GT seja recomposto com a tarefa única de rever a nota técnica  
149 por meio de reunião presencial. **10. GT ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA**  
150 **PRISIONAL:** Maria Márcia Badaró Bandeira informou que ainda há uma tarefa pendente, que  
151 demorou em virtude da licitação da equipe para trabalhar o texto do Crepop – Centro de  
152 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, assim, na plenária passada ficou  
153 combinado que seria convidada uma pessoa para fazer uma análise dos dados qualitativos. A  
154 pessoa convidada foi a Juliana, que já trabalha com a referência do Crepop de Segurança  
155 Pública. Existe a ideia de fazer um diálogo digital pra fechar o trabalho do GT, em julho, para  
156 apresentar o resultado da pesquisa e discutir a prática do psicólogo no sistema prisional. Márcia  
157 Maria Badaró Bandeira destacou que em alguns CRPs não há nenhuma discussão sobre  
158 psicologia no sistema prisional, inclusive há estados em que não há nenhum profissional de  
159 psicologia no sistema prisional. Assim, é preciso ter uma aproximação com esse contexto.  
160 Desse modo, a proposta é perguntar na Apaf se os CRPs estão fazendo dentro de seus regionais  
161 essa discussão. Pedro Paulo de Gastalho Bicalho informou que esta não é a última plenária  
162 antes da Apaf, assim, neste momento é preciso apenas verificar aqueles pontos que têm material  
163 de subsídio para inclusão e os posicionamentos podem ser pensados na próxima Apaf. **11. GT**  
164 **DO ESPORTE:** A plenária observou que o pedido do GT para a Apaf é a manutenção do GT  
165 no próximo triênio, entretanto, foi avaliado que isso não é cabível, pois a Apaf tem autonomia  
166 para decidir sobre a continuidade de seus GTs e eles devem existir somente se houver alguma  
167 tarefa para realizar. Diante do entendimento do CFP, foi sugerido que Elizabeth de Lacerda  
168 Barbosa dialogue com o GT sobre o equívoco da proposta. Foi decidido que o anexo não será  
169 enviado na remessa da Apaf, porque não passou pela plenária do CFP com a devida  
170 antecedência. **12. GT REVISÃO DA RESOLUÇÃO 007/2003:** Daniela Zanini explicou que o  
171 trabalho do GT foi concluído, mas havia uma tarefa pendente que passou para esse mesmo GT,  
172 relativo à resolução de especialidade em avaliação psicológica. Ela informou que a minuta de  
173 resolução está pronta e será apreciada na Apaf. A minuta de resolução foi apresentada. Houve  
174 debate sobre o fato de a avaliação psicológica ser considerada uma especialidade da Psicologia.  
175 Houve também debate sobre o parágrafo que explica o que é a especialidade de avaliação  
176 psicológica, mas o texto foi aprovado sem alterações. Houve intervalo para almoço às 12h45. A  
177 reunião foi retomada às 13h50. **13. GT DA CIP – Carteira de Identidade Profissional:**  
178 Clarissa Paranhos Guedes apresentou o ponto, lembrando que havia uma pendência para fazer  
179 um estudo sobre a inscrição secundária. O GT avaliou que a inscrição secundária deve  
180 continuar valendo, mas que não é possível neste momento ter uma resolução sobre o assunto.  
181 Assim, devem ser definidos critérios comuns para que todos os CRPs adotem o mesmo  
182 procedimento. Para tanto, existe a ideia de enviar para os CRPs o levantamento que foi feito, de  
183 modo que o GT continue trabalhando até dezembro, para ter tempo de dialogar com as COFs –  
184 Comissões de Orientação e Fiscalização e produzir uma resolução que contemple todos os  
185 Regionais. **14. GT DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO:** Sandra Elena Spósito explicou  
186 que as tarefas do GT foram divididas em duplas, mas os trabalhos não foram feitos. Apenas a  
187 nota técnica foi feita e já foi aprovada. O GT incluiu as contribuições dos CRPs. Agora falta  
188 encaminhar a versão final para os CRPs oficialmente. **15. GT DA APAF DE POLÍTICAS**

189 **PARA MULHERES:** Sandra Elena Spósito informou que foi feita uma resolução e  
190 apresentada na Apaf. Houve contribuições e o GT ficou de incorporar essas contribuições no  
191 documento. O ponto mais polêmico foi relativo à obrigatoriedade ou não de psicólogas  
192 notificarem casos de violência contra mulher, em virtude do debate sobre o sigilo do Código de  
193 Ética Profissional do Psicólogo. Nesta Apaf deve ser apresentada a resolução com as  
194 incorporações feitas. Norma Celiane Cosmo perguntou se há consenso no GT sobre o texto  
195 produzido. Sandra Elena Spósito explicou que já havia antes um consenso do GT de que a nota  
196 técnica não deveria estar na resolução, mas, na Apaf, alguns CRPs retornaram com essa  
197 demanda da nota técnica. Maria Márcia Badaró Bandeira perguntou se a mulher encarcerada  
198 está contemplada nessa resolução. Sandra Elena Spósito explicou que a lógica da nota é  
199 generalista, então foram mencionados nos "Considerandos" as diversas políticas públicas. A  
200 resolução foi lida. Célia Zenaide da Silva perguntou se o ODS 5 (Objetivos de  
201 Desenvolvimento Sustentável), sobre igualdade de gênero, da agenda 2030 da ONU –  
202 Organização das Nações Unidas foi incluída. Clarissa Paranhos Guedes e Sandra Elena Spósito  
203 informaram que isso não foi discutido, mas acreditam que é possível incluir. Ana Sandra  
204 Arcoverde Nóbrega perguntou se há algum ponto que pode gerar dificuldades na Apaf. Clarissa  
205 Paranhos Guedes informou que o problema é a centralidade que deram para a denúncia. Ela  
206 contou que na prática do psicólogo, a questão da denúncia não pode ser o aspecto principal. Em  
207 geral, o serviço de psicologia fortalece essa mulher. Se essa obrigatoriedade da denúncia ficar  
208 demarcada pode até gerar problemas para a prática do psicólogo, pois se essa mulher, por uma  
209 série de fatores, não quiser denunciar, então será um impeditivo para ela acessar o serviço de  
210 psicologia. É sabido que a denúncia não resolve o problema totalmente, porque o serviço de  
211 justiça não consegue proteger essa mulher. Sandra Elena Spósito lembrou que o Ministério  
212 Público do Distrito Federal participou de algumas reuniões com o CFP na gestão anterior,  
213 juntamente com o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, para um acordo de que os  
214 Conselhos incluíssem a obrigatoriedade da denúncia quando os profissionais entrassem em  
215 contato com mulheres vítimas de violência. Existiu uma oficina sobre isso à época. Na ocasião,  
216 o CFESS e o CFP discutiram a possibilidade de publicar normativa para obrigar essa  
217 notificação. É importante saber que isso foi apenas uma conversa, que virou apenas uma nota  
218 técnica no CFP e não teve outros desdobramentos. Clarissa Paranhos Guedes explicou que as  
219 demais tarefas não foram desenvolvidas, por não haver tempo hábil. **16. GT DE**  
220 **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Norma Celiane Cosmo informou que o GT tem uma  
221 produção intensa. Lembrou que é um GT composto também com técnicos de tecnologia da  
222 informação dos CRPs e do CFP. Ela contou que houve reunião nos dias onze e doze. Informou  
223 que os CRPs maiores precisam do sistema cadastral financeiro e de fiscalização com urgência,  
224 assim, eles chegaram a sugerir a compra do sistema antes dos demais, de forma que pagariam  
225 sozinhos essa conta e se retirariam do GT. Essa crise foi resolvida, o edital foi finalizado e está  
226 aguardando parecer da Gerência Jurídica, para publicação na segunda-feira. Assim, após 45  
227 dias deve ser feito o trâmite para contratar um sistema. Norma Celiane Cosmo informou que  
228 haverá licitação para o próximo sistema a ser adquirido. Ela informou também que o Sistema  
229 de Fiscalização Web do CRP-02/PE foi cedido para o CRP-04/MG e está em processo de  
230 cessão também para o CRP-05/RJ. Houve discussão no GT sobre a possibilidade de contratação  
231 de um desenvolvedor específico para atender as demandas do Sistema Conselhos de Psicologia,  
232 haja vista que toda a demora de alguns encaminhamentos desse GT tem relação com isso.  
233 Norma Celiane Cosmo falou da importância de desenvolver esse diálogo com os CRPs, haja  
234 vista que vários problemas dos CRPs acabam chegando ao Setor de Tecnologia da Informação  
235 do CFP, como, por exemplo, questões relativas a nova resolução que se relaciona com

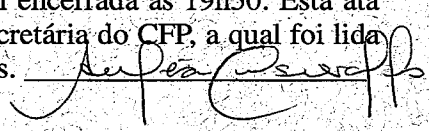
236 atendimento psicológico online. Sobre o Sistema E-Psi, Norma Celiane Cosmo explicou que é  
237 preciso investir mais na qualificação nos CRPs sobre isso. Contou também que esse GT  
238 acompanhou o desenvolvimento de um sistema unificado para uso nos Coreps e no CNP, o qual  
239 foi muito elogiado. Norma Celiane Cosmo continuou informando sobre as diversas atividades  
240 acompanhadas ou realizadas pelo GT. Informou que aconteceu a implantação do SEI no CRP-  
241 01/DF e agora haverá curso para os demais CRPs. Há uma proposta de seminários para  
242 qualificação dos CRPs sobre boas práticas de TI que podem ser compartilhadas. Há previsão de  
243 um curso para julho. Sobre o site dos Atos Oficiais, já foi iniciado um trabalho com os CRPs,  
244 para que possam usar a ferramenta. Sobre o módulo de fiscalização, haverá diálogo com COEs  
245 – Comissões de Orientação e Ética e COFs – Comissões de Orientação e Fiscalização, previsto  
246 para outubro. Assim, Norma Celiane Cosmo afirmou que considerando toda a demanda do GT  
247 em andamento e a velocidade de aprimoramentos de questões de tecnologia, o GT precisa ter  
248 continuidade. Ela contou que será elaborado um relatório de todo o trabalho realizado,  
249 mencionando as lacunas e as exigências, que apontam a criação de um plano nacional de  
250 tecnologia para o Sistema Conselhos de Psicologia. Norma Celiane Cosmo falou que há  
251 proposta para que esse GT seja permanente, mas a plenária apontou que isso contraria a o  
252 regulamento de funcionamento de GTs da Apaf, assim, a ideia é que o CFP proponha apenas a  
253 continuidade do GT, pois sabe-se que sempre haverá tarefas para ele. **17. GT DE ELEIÇÕES:**  
254 Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa informou que foi criado o manual de transição das  
255 gestões, mas ainda não houve tempo de apresentá-lo na Apaf passada. Então a recomendação  
256 foi encaminhar aos CRPs, para apreciação. Dois CRPs responderam dizendo que não tinham  
257 considerações, portanto, agora será apresentado na Apaf. O documento já havia sido lido na  
258 plenária do CFP, mas foi apreciado novamente. Houve debate sobre a possibilidade da  
259 participação de funcionários no processo de transição. Foi combinado que a transição pode ser  
260 feita contando com o assessoramento de funcionários, mas a transição em si é uma  
261 responsabilidade de membros da gestão, que, necessariamente são psicólogos. Houve sugestões  
262 de alterações do texto. Foi indicado que as composições das comissões de transição devem ser  
263 informadas em documento a ser publicado no Diário Oficial da União, para dar transparência  
264 ao processo. **18. PONTO DE SAÚDE SUPLEMENTAR NA APAF:** Ana Sandra Arcoverde  
265 Nóbrega informou que havia um ponto sobre saúde suplementar que estava pautado na Apaf  
266 sobre saúde suplementar, o qual foi retirado pelo CRP. A conselheira informou que o CFP  
267 também retirou porque os encaminhamentos necessários já estão sendo dados pelo CFP por  
268 meio da Conselheira Rosane Lorena Granzotto. **19. SUBSTITUIÇÃO DO CONSELHEIRO**  
269 **SECRETÁRIO DO CFP:** Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que a conselheira  
270 secretária do CFP será Andrea Esmeraldo Câmara. Neste momento, os convidados Ana Luiza  
271 de Souza Castro e Ematuir Teles de Sousa foram chamados para acompanhar os pontos  
272 relativos à Comissão de Direitos Humanos do CFP. **20. LANÇAMENTO DO LIVRO**  
273 **REVERSÃO SEXUAL: NARRATIVAS DE SOFRIMENTO E EXCLUSÃO:** Ana Luiza de  
274 Souza Castro e Ematuir Teles de Sousa apresentaram o histórico de produção do livro, que foi  
275 iniciada pelo CFP e foi encampada pelas Comissões de Direitos Humanos do CFP e dos CRPs.  
276 Eles afirmaram que é uma produção inédita. Explicaram que a primeira versão tinha relatos  
277 misturados, e depois houve a inclusão de relatos de professores e pesquisadores que tinham  
278 artigos. Após a plenária de janeiro, houve mudança sobre o projeto e ficou combinado que os  
279 artigos seriam publicados em uma revista específica e o livro seria uma publicação priorizando  
280 a fala das pessoas. Ana Luiza de Souza Castro enfatizou que foi retirada toda e qualquer  
281 possibilidade de identificação das pessoas e das igrejas, pois o objetivo não é uma perseguição.  
282 Falou do orgulho de poder fazer uma produção desta na conjuntura atual do país. Ematuir Teles

283 Sousa fez uma apresentação elencando os pontos principais. Lembrou que o título foi alterado  
284 de "Reversão Sexual" para "Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs". Explicou  
285 que o trabalho foi desenvolvido a partir das 32 entrevistas feitas no país, com inspiração no  
286 livro: "A Verdade é Revolucionária". Ematuir Teles Sousa apresentou um calendário dos  
287 trabalhos para a conclusão e publicação do livro, de modo que o lançamento será no dia 28 de  
288 junho na reunião das Comissões de Direitos Humanos, no dia internacional do orgulho LGBT.  
289 Pedro Paulo de Gastalho Bicalho explicou que é preciso enviar os artigos para o número  
290 especial da revista pelo site. O trabalho da Comissão foi parabenizado pela plenária e a  
291 proposta apresentada foi aprovada. **21. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E**  
292 **EXTINÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS:** Paulo Roberto Martins Maldos explicou  
293 que foi publicado decreto extinguindo vários conselhos de controle social, mas a Constituição  
294 afirma que a democracia reconhece a forma representativa, ou seja, por meio de partidos  
295 políticos, de Câmara e do Senado, e também a forma direta. Assim, isso vem sendo organizado  
296 há muitos anos, e os Conselhos de Direitos tem entrado para a construção e monitoramento de  
297 políticas públicas e isso tem acontecido inclusive no acompanhamento do orçamento público.  
298 Então o decreto deu prazo para os conselhos justificarem a sua importância e se adequarem a  
299 novas regras. O conselheiro avaliou que isso significa o fim da participação social. Ele  
300 informou que já houve várias manifestações sobre o assunto. O CFP já recebeu muitos convites  
301 para ações de enfrentamento do decreto. Há convite para uma reunião da Câmara para fazer  
302 uma análise da situação para uma batalha jurídica e política que se pode fazer com a sociedade.  
303 Informou que ele confirmou presença, com a Gerência de Relações Institucionais e Assessoria  
304 Parlamentar do CFP. Informou que a reunião está aberta também para a participação de outros  
305 conselheiros. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega aproveitou a presença dos membros da Comissão  
306 de Direitos Humanos do CFP e sugeriu que o grupo pense em formas de priorizar o tema da  
307 violência contra a mulher na campanha da comissão, em virtude das últimas declarações  
308 relativas ao turismo sexual. **22. CAMPANHA NACIONAL DE DH NO 4º FÓRUM DE**  
309 **DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL - ABRASME - CDH-CF:** Daniel Arruda  
310 (GRI/CFP) fez informe de que no 4º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental - Abrasme  
311 haverá a instalação de camisetas ensanguentadas: Discurso de Ódio Não. Ana Sandra  
312 Arcoverde Nóbrega informou que é preciso definir quem do CFP participará do congresso. **23.**  
313 **GT DE REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:** Júnia Maria  
314 Campos Lara informou que há uma minuta de resolução do observatório que seria pautada para  
315 a Apaf, mas a Gerência Jurídica do CFP - GJUR entende que não deve ser levada agora, porque  
316 serão levantados aspectos que fragilizam a resolução. Continuou informando que há outro  
317 ponto que seria uma resolução sobre pessoa jurídica - PJ, mas a GJUR fez ponderações.  
318 Afirmou que do ponto de vista do mérito, seria possível resolver, pois seria necessário apenas  
319 reconstruir um parágrafo. Mas há outro aspecto a ser considerado e pontuado pelo GJUR é a  
320 referência a Resolução de CT aprovada na APAF de dezembro, mas que ainda não foi  
321 publicada. Explicou que a resolução vem abordar um dos temas que é tratado na consolidação  
322 de resoluções do CFP. A GJUR entende que seria necessária uma justificativa para fazer essa  
323 resolução separadamente, haja vista que em 2007, o CFP, por algum motivo, resolveu tratar  
324 essas matérias em um a única resolução consolidada. Assim, se há o projeto de "desconsolidar"  
325 essa resolução agora, isso deveria ser justificado. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega perguntou se  
326 ao invés de fazer uma resolução a parte, seria possível fazer um capítulo na consolidação da  
327 resolução 003/2007, para resolver o impasse. João Diego Rocha Firmiano (GJUR/CFP)  
328 informou que acredita que sim, mas precisaria fazer uma análise do material. Júnia Maria  
329 Campos Lara explicou que a consolidação tem vários temas misturados, então quando a COF -

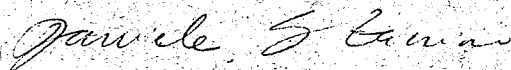
330 Comissão de Orientação e Fiscaliza vai fazer uma fiscalização, há dificuldades. Assim, uma  
331 sugestão a ser apresentada para o GT seria que em seis meses, as resoluções seriam melhoradas  
332 afim de que seja possível substituir a Resolução nº 003/2007 e todas as novas resoluções seriam  
333 publicadas. Isso seria um trabalho imenso. Desse modo, o GT está trabalhando as resoluções  
334 separadamente aos poucos e cada resolução passará a ser inserida no site "Atos Oficiais",  
335 sempre que alguém buscar aquele assunto dentro da Resolução CFP nº 003/2007. Foi aprovado  
336 o texto da resolução e ficou encaminhado que a GJUR deve avaliar o material e o modo de  
337 encaminhá-lo na remessa da Apaf. Neste momento, o Conselheiro Paulo José Barroso de  
338 Aguiar Pessoa informou que já está pautada para a Apaf a minuta de resolução também sobre  
339 pessoa jurídica - PJ de Comunidades Terapêuticas. Ele sugeriu uma análise minuciosa da  
340 Secretaria de Orientação e Ética e da Gerência Jurídica, para que avaliem se não há  
341 contradições. Ficou combinado que essa análise deve ser feita pelos Conselheiros Paulo José  
342 Barroso de Aguiar Pessoa e Junia Maria Campos Lara, com assessoria da Gerência Jurídica.  
343 Ana Sandra encaminhou, em que não havendo contradição, entrariam em vigor as duas  
344 Resoluções e em caso de contradição, seria encaminhado para a APAF a Resolução da  
345 Comunidade Terapêutica. Em seguida foi lida a nota orientativa também do GT de Revisão da  
346 Política de Orientação e Fiscalização sobre atendimento psicológico domiciliar e outros  
347 contextos. Foi lida também a conclusão do parecer da Gerência Técnica do CFP sobre a nota  
348 orientativa. Daniela Zanini falou que a expressão "não usual" não está adequada. Sugeriu algo  
349 como "atendimento em contextos diferentes da clínica", ou "contextos diversos", pois afirmou  
350 que tudo que extrapola o *setting* clínico é alcançado pela nota. Clarissa Paranhos Guedes  
351 reiterou o entendimento de Daniela Zanini e falou que o texto dá a impressão de que está se  
352 falando de práticas que acabaram de surgir, mas isso não é verdade. O Acompanhamento  
353 Terapêutico, por exemplo, e outras práticas já existem há muito tempo. Rogério Gianini  
354 corroborou com as falas, destacando que a nota traz certo retrocesso, ao colocar a psicologia  
355 clínica como uma prática hegemônica que deve ser o padrão para todas as outras práticas,  
356 ignorando outras construções importantes da Psicologia, como o Consultório de Rua, por  
357 exemplo, que é inclusive previsto em lei. Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa também  
358 manifestou certo incômodo com a nota e perguntou qual o objetivo de normatizar o assunto,  
359 pois as práticas mencionadas já existem há muito tempo e não são definidas pelo lugar em que  
360 são realizadas. Falou que a nota é voltada exclusivamente para a clínica. Junia Maria Campos  
361 Lara explicou que nesta nota não há o uso da palavra "nova". Daniela Zanini informou que a  
362 resolução de registro documental prevê que toda a atuação do psicólogo deve ser registrada em  
363 um documento, mesmo estando no Consultório de Rua. Assim, afirmou que provavelmente a  
364 demanda veio dos CRPs, pelo que vivem na fiscalização, para normatização para psicólogos  
365 que não estão entendendo que quando estão em outros contextos também devem seguir as  
366 mesmas regulações. A conselheira perguntou se é necessário ter uma nota separada para tratar  
367 disso. Andrea Esmeraldo Câmara falou que o problema é fazer uma certa divisão em práticas  
368 hegemônicas ou não hegemônicas. Rogério Gianini falou da importância de fazer um debate  
369 sobre como é feito o registro em um contexto de consultório de rua, ou em situação de  
370 emergência e desastre, por exemplo. Explicou que compreende a demanda de orientação dos  
371 CRPs, e acredita que fazer debates assim é qualificar a profissão. Entretanto, afirmou ser um  
372 problema orientar por meio de uma nota nesse contexto. Junia Maria Campos Lara informou  
373 que seria uma boa sugestão levar para o GT essa ideia de ouvir pessoas que estão nos  
374 consultórios de rua, fazer diálogos digitais, de modo a ter mais acúmulo sobre o assunto, no  
375 lugar de publicar essa nota agora. Ficou combinado que ela levaria a ideia para o GT da Apaf.  
376 Junia Maria Campos Lara informou que esse GT recebeu muitas demandas da Apaf, como a

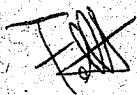


377 carteira protegida; resolução de estágio e serviço-escola; exercício irregular e exercício ilegal;  
378 cursos irregulares; anotação de responsabilidade técnica; diploma e certificado estrangeiro e,  
379 por fim, avaliou que é preciso ter cuidado ao aprovar demandas para os GTs na Apaf. A  
380 Plenária informou que o ponto sobre carteira protegida está sendo tratada pela Gerência de  
381 Relações Institucionais do CFP. O ponto sobre carteira secundária está sendo cuidado por um  
382 GT junto com Clarissa Paranhos Guedes; e vários outros pontos mencionados podem ser  
383 verificados para evitar que a conselheira Junia Maria Campos Lara não tenha retrabalho com a  
384 Secretaria de Orientação e Ética. Em seguida, Junia Maria Campos Lara apresentou a nota  
385 sobre descarte de documentos disciplinares, acrescentando que o Arquivo Nacional possui um  
386 Grupo de Trabalho com a função de prestar orientação técnica aos Conselhos de Fiscalização  
387 Profissional no tocante as atividades de gestão de documentos. Informando ainda que, o GT de  
388 revisão aguardará a edição de norma específica para, se for o caso, tomar alguma providência.  
389 **24. INDICAÇÃO DO CFP PARA O GT DE PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS:** Andrea  
390 Esmeraldo Câmara falou que foi criado o GT no CNAS e a sociedade civil pode ter um  
391 indicado. O CFP fez articulação para participar. O objetivo é tipificar os serviços. Chegou-se à  
392 conclusão de que não é o momento para tipificar os serviços. Foi feita a indicação de Debora  
393 Ackerman. A conselheira explicou que, por ser convidado, os custos são do CNAS e o  
394 diferencial, é que o CFP é quem está intervindo no GT. O nome foi referendado pela plenária.  
395 **25. PSICOTERAPIA:** Ana Sandra Arcoverde Nóbrega informou que na última plenária foi  
396 apresentado um documento da Associação Brasileira de Psicoterapia estabelecendo critérios  
397 para a formação de psicoterapeutas. Isso seria enviado aos CRPs, para contribuições para ser  
398 pautado na Apaf. Informou que o seminário será no dia seguinte, com o objetivo de discutir  
399 esse item. Ela afirmou que a associação não trabalha na perspectiva de privatização da  
400 psicoterapia. O diálogo visa uma parceria para qualificar a atuação do psicoterapeuta. O  
401 seminário subsidiará os CRPs nas discussões. Assim, o seminário será gravado e os CRPs  
402 poderão trabalhar nos seus plenários a questão da psicoterapia. Serão duas mesas, a primeira  
403 sobre reconhecimento e qualificação do psicoterapeuta e a segunda é a psicoterapia e seus  
404 desafios. As mesas serão gravadas e depois disso haverá trabalho em grupo. Por fim, haverá um  
405 produto final. Ficou definido que parte dos conselheiros estará na plenária e outra parte no  
406 seminário. **26. INFORME DA COMORG NACIONAL - 10º CNP:** Marisa Helena Alves  
407 informou que os Coreps aconteceram em 29, 30 e 31 de março e 05, 06 e 07 de abril. A  
408 conselheira apresentou a relação de delegados por CRP, de modo que haverá 471 participantes  
409 no CNP. Foram mais de 4.000 propostas trabalhadas nos Coreps e 644 foram enviadas para o  
410 CNP. Irão para o CNP 302 propostas. Em seguida apresentou a relação de convidados aprovada  
411 em Apaf. Para os convidados da gestão pública, foi indicado: PFDC, CNDH e CNS. Para  
412 convidados internacionais foram indicadas Ulapsi e Alfepsi. Para os movimentos sociais foi  
413 indicado o Movimento Nacional de População de Rua (Vanilson); o Movimento dos Atingidos  
414 por Barragens - MAB (psicólogo Robert); e o CIMI. Ficou combinado que devem ser  
415 convidadas representações locais, haja vista que os convidados não terão fala na mesa. **27.**  
416 **DEFINIÇÃO DE DELEGADOS DA APAF:** Foram indicados e aprovados os nomes de  
417 Rogério Gianini; Norma Celiane Cosmo; Ana Sandra Arcoverde Nóbrega; Andrea Esmeraldo  
418 Câmara e Fabián Javier Marin Rueda. Sandra Elena Sposito sugeriu a participação de Clarissa  
419 Paranhos Guedes como convidada para o ponto do GT de políticas para mulheres. Os nomes de  
420 Rosanê Lorena Granzoto, Daniela Zannini e Junia Maria Campos Lara também foram  
421 indicados para convidadas do CFP. Neste momento, Junia Maria Campos Lara informou que  
422 conversou com Regiane, que faz parte tanto do GT de revisão das políticas de orientação e  
423 fiscalização, quanto do GT de PJ e Comunidades Terapêuticas e ela afirmou que não há

424 contradição entre as duas resoluções. **28. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA ULAPSI:**  
425 Daniela Zanini informou que o CFP deve indicar dois nomes para as mesas do evento da  
426 Ulapsi. Ela contou que colocaria a informação no grupo de *WhatsApp*, para que os conselheiros  
427 possam dar sugestões. Foram feitas diversas sugestões de mesas pela plenária: depoimento  
428 especial; medida socioeducativa; mediação; enfrentamento da violência contra a mulher;  
429 formação; violência (com vídeo sobre o assassinato do músico Evaldo - 80 tiros); campanha de  
430 combate ao preconceito de usuários do SUAS e articulação com a campanha sobre o discurso  
431 do ódio; sistema prisional; emergências e desastres; questões antiproibicionistas e ameaças à  
432 democracia (junto com Uruguai). Rogerio Gianini sugeriu que haja um limite para a quantidade  
433 de mesas, haja vista que o evento não é do CFP. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega falou da  
434 especificidade do evento e sugeriu que as mesas tenham relação com temas de interesse  
435 daquele público. Daniela Zanini lembrou que as mesas devem estar de acordo com os eixos do  
436 evento. Fabián Javier Marin Rueda falou que no ano anterior houve o evento da Ulapsi Costa  
437 Rica, com várias mesas cujo contexto era da América Latina e sugeriu resgatar essas mesas.  
438 Sandra Elena Spósito informou que algumas entidades a convidaram para duas mesas, uma  
439 sobre direitos reprodutivos e outra sobre LGBT. A participação foi autorizada pela plenária. **29.**  
440 **Pedido de impugnação de membro da Comissão Eleitoral Especial:** Rogerio Gianini  
441 informou que há cinco chapas concorrendo à gestão do CRP-01/DF e chegou um pedido de  
442 impugnação do psicólogo Lúcio Costa como membro da Comissão Eleitoral Especial por conta  
443 de uma publicação dele em rede social. O pedido foi indeferido e foi lido o parecer sobre o  
444 assunto. O parecer foi aprovado por unanimidade. A reunião foi encerrada às 19h50. Esta ata  
445 foi lavrada por mim, Andréa Esmeraldo Câmara, Conselheira-Secretária do CFP, a qual foi lida  
446 e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados. 







Clarina P. Quedes  
Rui Lencina de Jesus

Jureida Duarte Guerra  
Alexandre

Rogério

Joana Cosmo

